ATA EXECUTIVA
Reunião Plenária Extraordinária
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

Data: 21 de julho de 2021
Local: Plataforma *Teams,* por videoconferência.

Secretaria Executiva

- Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e Coordenador da CRHi.

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado:

- Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo da SIMA, representando o Presidente do CRH;
- Adriana Tedesco, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Amauri G. A. Silva, representando a Secretaria do Governo;
- Juan Tarsis Gimenes de Almeida, representando a Secretaria de Logística e Transportes;
- Luis Fernando Milan Cavalheiro, representando a Secretaria da Fazenda e Planejamento;
- Luiz Eduardo de Oliveira Camargo, representando a Secretaria de Habitação;
- Sergio Luiz Damiati, representando a Secretaria da Educação;
- Vinicius Schurgelies, representando a Casa Civil.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Alan Francisco Ferracini, P.M. de Dumont;
- Ana Catarina Bonassi, P. M. de São Bento do Sapucai;
- Eder Ruiz Magalhães de Andrade, P.M. de Sabino;
- Fernando Siqueira, P.M. de Roseira;
- Marco Antonio Giro, P.M. de Bocaina;
- Marco Aurélio de O. Pinheiro, P.M. de São Pedro do Turvo;
- Moacir, representando a P.M. de Ferraz de Vasconcelos;
- Raquel Auxiliadora Chini, P.M. de Praia Grande.

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:

- Adriana Menezes da Silva, FAESP;
- Alexandre Luis Almeida Vilella, CIESP;
- André Elia Neto, ÚNICA;
- Carlos Eduardo Q. Giampá, ABAS;
- Claudio Bedran, Instituto Ambiental Planeta Verde;
- Elaine Ap. Maduro Costa, ABAG/RP;
- Ester Feche Guimarães, AESabesp;
- Hugo Marcos Piffer Leme e Silvia Shinkai, ASSEMAE;
- Luciano Taveira, SINTAEMA;
- Luiz Roberto Gravina Pladeval, , ABES;
- Marcelo Sampaio, SINDIPEDRAS;
- Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro (Malu), SOS Mata Atlântica;
- Mateus Delatim Simonato, ABGE;
- Percy Soares Neto e Priscila Bezerra, ABCON.

Convidados com direito a voz:

- Alexandra Facciolli, Ministério Público Estadual;
- Antônio Cezar Leal, UNESP;
- Carlos Roberto dos Santos, CETESB;
- Cassiano Quevedo Rosas de Ávila, Subsecretaria de Infraestrutura;
- Flavia Scarpinella Bueno e Giovani Tomasoni, OAB/SP;
- Laerte Sonsin Júnior, P.M. de Salto;
- Marcos Daniel Bonagamba, P.M. de São Simão;
- Maria de Lourdes D´Arce Pinheiro, PGE.

Representantes dos Comitês e das Agências de Bacias Hidrográficas:

- Amauri Pollachi - CBH AT;
- André L. Sanchez Navarro – CBH PCJ;
- Claudio Daher – CBH BPG;
- David Franco Ayub e Fatima A. Blockwitz - CBH ALPA;
- Emilio Prandi – CBH MP;
- Erica Tognetti – CBH TJ;
- Gustavo A. Silva e Maria Cecilia – CBH TG;
- Hélio C. Suleiman –FABHAT;

- Jociani Debeni Festa – CBH LN;
- Jodhi Allonso – CBH SMT;
- Jorge Augusto de Carvalho Santos – CBH SMG;
- Lucíola G. Ribeiro – CBH SJD;
- Mariana da Silva Lucas – CBH SM;
- Ney A. Ykeda - CBH RB;
- Renato Crivellenti – CBH PARDO;
- Ricardo Oi – CBH BS;
- Sandro Selmo e Álvaro Yanagui – CBH PP;
- Suraya Modaeli - CBH AP;
- Vanessa Longato, Lívia Modolo, Eduardo Leo, Isis Franco, - Agência PCJ.

1. ABERTURA.

Ana Caroline Ardito, representando o Departamento de Articulação Institucional e Comunicação da Coordenadoria de Recursos Hídricos/DAIC-CRHi, apresentou considerações acerca das regras a serem adotadas nesta reunião virtual por meio da plataforma Microsoft *Teams*. A seguir, leu a pauta dos temas que foram postos em discussão. Depois de alcançado o quórum regimental, Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/SIMA, representando o Presidente do CRH, Marcos Rodrigues Penido, agradeceu a presença de todos e deu por iniciada a reunião. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e Coordenador da Coordenadoria de Recursos Hídricos, também deu as boas vindas a todos, parabenizou pelos 34 anos de existência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e informou que 127 expectadores estavam acompanhando a reunião.

2. APRECIAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 06/05/2021.

Após dispensada sua leitura, a ata foi aprovada por unanimidade.

3. COMUNICAÇÕES

O Secretário Executivo do CRH informou que estão sendo retomados paulatinamente, respeitando o Plano São Paulo, os trabalhos *in loco* em todas as repartições do governo estadual, a partir do dia 15 deste mês, conforme estabelecido em Decreto pelo Senhor Governador e em Resolução emanada pelo Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, no dia 14 de julho de 2021.

Na sequência informou que, em março, o CONSEMA se manifestou a respeito da minuta projeto de lei que institui a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, APRM, do Alto Juquiá-São Lourenço, no entanto, ainda está pendente a manifestação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo. Rui Brasil fez um apelo à Secretaria de Desenvolvimento Regional para que faça as gestões necessárias à manifestação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo , de modo que o assunto possa ser apreciado pelo CRH e depois submetido ao Senhor Governador. O terceiro comunicado fez referência à Deliberação 246, aprovado em 18 de fevereiro deste ano, onde se redefiniu os oito Programas de Duração Continuada do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Agora, há apenas 26 SubPDCs que estão sendo trabalhados para se definir, de maneira mais clara e objetiva, as tipologias de empreendimentos que constarão no Manual Procedimentos Operacionais do Fehidro. Na última reunião do CRH em 6 de maio a conselheira Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro, representando a entidade SOS Mata Atlântica, solicitou a manifestação deste Conselho acerca de dois temas, que foram deliberados da seguinte maneira. O primeiro deles é sobre a demanda dos prefeitos sobre a revisão ou até a revogação do Decreto do Plano de Manejo da APA do Sistema Cantareira. Sobre este assunto, Eduardo Trani, Subsecretário de Meio Ambiente da SIMA, informou que a revogação deste Decreto pelo governo do Estado já estava descartada, de imediato, haja vista a importância deste tema. Foi observado que a inquietude destes prefeitos se deu pela falta de normas complementares que pudessem conferir uma maior compreensão sobre a aplicabilidade da legislação, tanto pelo executivo municipal quando pelos órgãos de fiscalização. Outro ponto, observado pelo Subsecretário, foi a preocupação, por parte da Sabesp e do governo do Estado, com a ocupação do entorno da represa, que demandou a adoção de regras mais restritivas em seu uso, além de uma maior fiscalização na denominada faixa de cem metros. A segunda reivindicação por parte dos prefeitos tratou da adoção de medidas, igualmente restritivas, nas zonas de amortecimento da APA. De modo geral, Eduardo Trani comunicou que todas as demandas dos prefeitos são legítimas e, por isso, estão sendo analisadas pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Em breve serão publicadas novas Resoluções que facilitarão a compreensão de todos na aplicabilidade destas normas. O outro tema levantado sobre a conselheira Malu Ribeiro fez referência a um projeto de lei, em vias de ser aprovado na Câmara dos Deputados, sobre alterações nas regras do licenciamento ambiental que impactam diretamente nas outorgas de direito de

uso. O Coordenador informou que o assunto está sendo acompanhado com bastante atenção e será encaminhada uma manifestação ao Senado Federal para que o tema seja melhor debatido, preservando os interesses afetos aos recursos hídricos, face às consequências que poderiam decorrer da aprovação deste projeto. Malu Ribeiro, a seguir, enfatizou a importância da transparência e da participação dos sistemas de recursos hídricos, de forma integrada, na proteção destes mananciais. Assim, a representante da SOS Mata Atlântica requereu que todas as tratativas junto aos prefeitos, nesta questão abordada, sejam devidamente encaminhadas ao CRH para o eventualoferecimento de contribuições por meio das Câmaras Técnicas do Conselho, além de pedir uma maior publicização das novas legislações adotadas pelo Estado de São Paulo referente à nova regra dos Pagamentos por Serviços Ambientais e da Compensação Financeira por Área Protegida. Amauri Pollachi, representante da APU, considerou a necessidade de integração dos sistemas ambientais e da governança das águas com o aperfeiçoamento e avaliação prévia dos regramentos para disciplinar a aplicação do Decreto, enviando para a CT competente, no sentido de preservar o manancial. A Dra. Alexandra Faccioli Martins, Ministério Público do Estado de São Paulo, ponderou que, desde 2014, o MP faz o acompanhamento do processo de regularização da licença de operação do Sistema Cantareira, cujo processo não foi totalmente finalizado até a presente data. Desde aquela época foi solicitado, no âmbito deste licenciamento, a demarcação da área dos 100m, sendo que uma das preocupações apontadas pela CETESB era a dificuldade de se identificar tanto os limites estabelecidos como o tipo de ocupação empregada. A Dra. Alexandra solicitou acesso aos dados sobre os trabalhos de levantamento dos imóveis e, também, requereu uma maior participação e manifestação do CRH sobre o tema. Eduardo Trani compartilhou a informação que cerca de metade da área dos 100m, das cinco represas na RMSP, é de propriedade da SABESP e não estão ocupadas. A seguir, complementou dizendo que as sugestões apresentadas tanto pelo Sr. Amauri como pela Dra. Alexandra são extremamente pertinentes, tanto que a comissão interna da Secretaria segue em plena discussão junto aos municípios, angariando informações e dados para que possa ser disponibilizado em relatório técnico, que ficará à disposição para consulta. Eduardo Trani complementou sua participação ressaltando que o trabalho que está sendo realizado visa ouvir as dificuldades de aplicação da norma, verificar pontos falhos e quais são as melhores adequações a serem feitas, de modo participativo com a sociedade e prezando pela transparência.

Foi informado a todos que, na data de ontem, foi publicado o Decreto 65.881 em que houve a adesão do estado de São Paulo ao programa "Race to Zero" onde estabelece a fixação de metas para a redução na emissão de carbono e, consequentemente, os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas.

4. APRESENTAÇÕES;

4.1 - Salas de crise hídrica coordenadas pela ANA e participação do Estado de São Paulo no GTA Bacia do Rio Paraná. Na sequência, as apresentações trataram da crise hidroenergética que assola a região da Bacia do Rio Paraná. As apresentações foram disponibilizadas em tela e podem ser acessadas no portal do SIGRH, pelo endereço www.sigrh.sp.gov.br. Sintetizando, o Presidente contextualizou que a crise hídrica é motivo de grande preocupação de todos e ressaltou que estão sendo adotadas uma série de providências de modo a mitigar a grave situação. O Secretário Executivo do CRH esclareceu que optou-se por ampliar o escopo da primeira apresentação para um cenário mais amplo, não apenas da Bacia do Paraná, mas também do Paraíba do Sul, além de um monitoramento que está sendo executado pela SIMA por intermédio do DAEE e SABESP. **Hiroaki Makibara, engenheiro lotado na SIMA/CRHI**, apresentou considerações acerca das Salas de crise hídrica coordenadas pela ANA com participação do Estado de São Paulo no GTA Bacia do Rio Paraná. Sobre a situação dos mananciais da RMSP e Sistema Cantareira os dados indicam que, entre o período de 2010 e 2021, houve uma melhor distribuição hídrica dentre todos os mananciais que suprem a região metropolitana. No comparativo dentre as piores médias históricas registradas no sistema Cantareira, em 1953 e 2014, atualmente, a vazão média mensal está quase no mesmo patamar observado há sete anos. Segundo as palavras do engenheiro Hiroaki, se persistir a falta de chuvas, é bem provável que seja repetido o cenário de escassez apresentado em 2014. No comparativo com os anos anteriores, quase todos os sistemas estão com o volume útil em descendente, com exceção do Guarapiranga, no entanto o cenário apresentado poderá sofrer profundas modificações. A situação da Bacia do Rio Paraíba do Sul também passa por sérias dificuldades de armazenamento. Hoje o nível de armazenamento está na casa dos 38%, no entanto, estima-se que até o final de novembro este percentual seja reduzido para apenas 10,13% de seu volume total útil. Devido a esta situação calamitosa de estiagem, a ANA deverá convocar uma reunião extraordinária onde divulgará medidas restritivas para

contornar o cenário existente naquela localidade. Na Bacia do Rio Paranapanema o quadro não é diferente do que ocorre no Paraíba do Sul. Contando com quatro reservatórios, sendo o Capivara aquele de maior importância, desde julho de 2019 são registradas precipitações pluviométricas abaixo da média. Somente nos meses de dezembro de 2019, agosto de 2020 e janeiro de 2021 foram registradas precipitações acima do estimado para estes meses. Presume-se que até o final deste ano haverá esvaziamento rápido da Bacia do Paranapanema. Já na Bacia do Rio Paraná, segundo dados coletados pelo Cemaden entre 01 de outubro de 2020 e 25 de maio de 2021, período caracterizado pelas chuvas, notamos um déficit na precipitação em alguns municípios da região ao compararmos com o registrado na média histórica para o mesmo período. Com isto, a previsão é que poderá haver problemas no abastecimento de água em diversas regiões na bacia, portanto, medidas deverão ser tomadas para mitigar os impactos sobre o ambiente local. A análise realizada pelo Operador Nacional do Sistema também evidencia uma redução significativa na média das vazões, no período compreendido entre 2014 e 2021, registrando no Rio Grande em Água Vermelha um decréscimo de 31%; no Rio Paranaíba em São Simão, - 27%; Rio Tietê em Três Irmãos, - 14%; calha principal do Paraná em Porto Primavera, -17%. Na sequência foi apresentada a situação dos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional-SIN junto à bacia do Paraná. Hiroaki Makibara ressaltou que diversas unidades da federação drenam para a bacia do Rio Paraná, sendo que o Estado de São Paulo representa 85,4% do total. Ao analisarmos todo o funcionamento do Sistema Interligado Nacional podemos constatar que 70% do total de armazenamento MW está localizada na região sudeste e centro-oeste, sendo que a maior parte se encontra exatamente na bacia do Rio Paraná, justamente a região que, hoje, conta com o segundo pior histórico para o armazenamento equivalente. Neste momento, o nível total de armazenamento do SIN conta com 37,5%, porém a previsão para novembro de 2021 é chegar na casa dos 10%, caso o regime de chuvas seja semelhante ao do ano passado. Posto isto, atualmente, as regiões SE/CO possuem 27,4% do total de energia armazenada no SIN. Caso as chuvas deste ano sejam semelhantes às registradas em 2020, estima-se que o nível de armazenamento disponível, em 30 de novembro de 2021, esteja próximo da preocupante marca de 7,9%. Diante deste cenário, deverão ser implementadas ações adicionais (redução no descarregamento das usinas de Jupiá e Porto Primavera), o percentual poderá se elevar para a marca dos 10,3%, no entanto, conforme exemplificado, a redução almejada não está sendo alcançada e, por

isso, é pouco provável que se chegue ao patamar dos dez pontos percentuais outrora vislumbrados. A seguir foi exposto um panorama comparativo da matriz energética atual em relação aos anos de 2001 e 2014. Em 2001, ano do apagão, a capacidade instalada estava em 81GW, sendo que as usinas hidrelétricas respondiam por 85% deste total. Hoje, a capacidade instalada é de 186GW, sendo que a energia hidráulica corresponde a 61% deste total denotando, assim, uma maior diversificação na matriz energética do país. Ao abordarmos as regiões SE/CO/Sul, verifica-se que as duas principais fontes energéticas são a hidrelétrica e a térmica, no entanto, estas fontes não estão conseguindo suprimir a demanda necessária e, por isso, recebem o complemento necessário proveniente das regiões nordeste e norte do país. Dentre as principais medidas em andamento tomadas pela ANA, ONS, Concessionárias e demais órgãos federais e estaduais, estão diversas ações como o Alerta de Emergência Hídrica, em 27 de maio de 2021; a Resolução da ANA número 77 de 01 de junho de 2021, em que declara a situação crítica de escassez de água na Bacia do Paraná, com vigência até 30 de novembro deste ano; Portaria 377 da ANA de 2 de junho de 2021, que instituiu o Grupo Técnico de Assessoramento da Região Hidrográfica do Rio Paraná. Outras ações complementares também já estão em execução ou em vias de ocorrer em um curto prazo de tempo. Hiroaki finalizou sua apresentação com o alerta de que todos precisam ter a consciência de enfrentamento de uma crise hídrica, severa, além de uma crise elétrica que poderá persistir no próximo ano diante do nível de escassez atual e, que terá impactos persistentes no futuro. **Emerson Moreira, SABESP**, apresentou a situação hídrica no Estado de São Paulo esclarecendo que a SABESP já vem atuando desde o final do ano passado com a redução e o uso racional da água, particularmente no sistema Cantareira, porém estão diante de uma crise no setor elétrico e, igualmente, alertou para a adoção de medidas efetivas visando o uso racional da água, principalmente na região do Cantareira, pois se não ocorrerem chuvas o ano de 2022 ainda será crítico. **Alexandre Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ**, parabenizou pelas apresentações e comentou que, diferentemente da crise de abastecimento de 2014-2015, esta crise está sendo caracterizada muito mais pelo viés hidroenergético. Segundo Alexandre, na Bacia do Paraná, como um todo, o maior impacto está recaindo nos usos não consuntivos. Assim como ocorre na grande São Paulo, as bacias PCJ tem trabalhado no limite extremo das vazões, para não sobrecarregar o já combalido sistema. Ao final, pediu que todos

Conselho refletissem para o fato de que a afluência no Sistema Cantareira tem caído, historicamente, independente da precipitação, tornando-se necessária a adoção de diversas medidas, dentre as quais, a de promover maior diálogo de integração com o sul de Minas Gerais, diante das reduções constantes da afluência para o Cantareira e a gestão, com mais zelo, dos mananciais, sobretudo pela alta demanda do uso da água em tempos de pandemia, onde a assepsia se faz cada vez mais relevante. **Cassiano Ávila, Subsecretário de Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA,** informou que entre as medidas adotadas pelo Governo do Estado estão a Constituição do Grupo de Trabalho de Monitoramento da Situação da Crise Hídrica angariando informações, que foram compiladas em um mapa detalhando a situação hídrica dos mananciais em municípios operados pela SABESP ou pelo DAEE, e que foi apresentado a todos nesta reunião. Cerca de 370 municípios estão em situação de atenção, com algumas situações de alerta e, um município está categorizado na situação definida como crítica, considerando início do mês de julho. Nos locais não operados pela SABESP a maior parte dos municípios está em situação de atenção, com vários outros municípios em situação de alerta e alguns em situação de emergência. Considerando toda a extensão territorial do Estado de São Paulo, podemos constatar que quase a sua totalidade está dentro da denominada situação de atenção. Dentre as ações adotadas para combater este problema, foi elaborado o projeto "Cartilha Água Limpa e Economia Verde - Crédito para ações de saneamento", em parceria com a Agência Desenvolve-SP onde há a abertura de uma linha de crédito para acesso aos municípios com possibilidade de financiamentos, desde que cumpridos os requisitos, de ações de saneamento, principalmente com a perfuração de poços artesianos para utilização das águas subterrâneas. O Presidente considerou que a crise é uma questão complexa envolvendo muitas disciplinas, onde o diálogo e a transparência são fundamentais para o seu devido enfrentamento. Na sequência, **Alexandra Faccioli, MP-SP**, perguntou ao Dr. Cassiano sobre o planejamento das medidas de restrição e captação de uso para enfrentamento desta crise hídrica e, também, acerca do monitoramento , para que haja a implementação destas medidas para conter o rápido esvaziamento de nossos reservatórios. O Dr. Cassiano já havia deixado a reunião, então o questionamento foi respondido pelo Dr. Santoro, que esclareceu que nos municípios operados pela SABESP, está sendo estabelecido um contato permanente com a diretora dos contratos do interior, Dra. Mônica Porto, e mencionou que há planos de implementação de

novos poços para que haja a manutenção de produção de água nestas localidades. Hoje se capta menos água em toda a região metropolitana, evidenciando a existência de um permanente estado de controle de como melhor lidar com a atual escassez hídrica. Nos municípios não operados pela SABESP, este controle está sendo feito pelo DAEE, através de seus escritórios regionais, trabalhando em conjunto com as Bacias. Dr. Santoro concluiu seu raciocínio com a seguinte manifestação "[...] quero mostrar que estamos olhando para o problema, como uma fotografia, de modo periódico, e as medidas serão tomadas de acordo com as necessidades locais em um trabalho aprofundado belíssimo com o DAEE, e sempre será discutido com os municípios, porque na ponta está o problema, então não é de uma forma centralizada. E esse trabalho de discussão é fundamental." **Amauri Pollachi, da APU,** solicitou, dentre as medidas elencadas pelo Estado de São Paulo, que fossem elaborados Planos de Contingência, por bacias hidrográficas, uma vez que há bacias que estão sendo mais afetadas do que outras. Pelo chat da reunião, Amauri registrou duas observações: (i) considerar o consumo de água pelo setor do agronegócio uma vez que, de modo geral, há um consumo bastante elevado quando da utilização de equipamentos que se mostram, hoje, totalmente incompatíveis com o processo de preservação dos recursos hídricos; (ii) solicita a possibilidade de implantação da cobrança pelo uso da água junto ao setor do agronegócio, pois poderá ter um efeito de indução ao consumo mais racional dos recursos hídricos. **Adriana Menezes da Silva , FAESP**, se manifestou informando que o setor do agro está ciente da crise e deseja contribuir. Neste momento, a contribuição está no fato de novos investimentos em modernas técnicas de agricultura de precisão para reduzir o uso da água. Adriana ressaltou a nobreza que recai sobre a água ao usá-la na produção de alimentos, ainda mais neste período de pandemia, em que o agronegócio manteve, sem cessar, a disponibilização de alimentos em nossa sociedade.

4.2 - Relatório de acompanhamento do enquadramento do Rio Jundiaí. Rui Brasil informou que o que o Relatório de Acompanhamento decorre de norma do próprio CRH que estabelece sua apresentação a cada dois anos, a cargo do DAEE e CETESB além da participação da Agência PCJ. A seguir a **engenheira Isis Franco** iniciou a apresentação mostrando quais foram as bases normativas que ampararam a elaboração do presente documento e teceu esclarecimentos acerca das médias históricas de precipitação ao longo do curso do rio. **Lineu Bassoi, representando a CETESB**, iniciou sua apresentação

abordando os parâmetros que são monitorados para o período compreendido entre 2019 e 2020, como o oxigênio dissolvido; demanda bioquímica de oxigênio; nitrogênio amoniacal; fósforo total e os coliformes termotolerantes (E.coli). Para este relatório, foram usados 14 pontos de monitoramento, 8 pontos a mais em relação ao empregado na elaboração do relatório de 2018. Ao final da exposição foram apresentadas as seguintes conclusões: Oxigênio Dissolvido: Entre 2019 e 2020 as concentrações médias anuais atenderam às metas da atualização do enquadramento; DBO: Houve melhora deste indicador de qualidade nos anos de 2019 e 2020, em relação à média de 2011 a 2017, até a jusante de Itupeva, inclusive atendendo aos limites legais no ano de 2020; Nitrogênio Amoniacal: Foram observadas oscilações nas concentrações, no entanto, com atendimento integral, em termos médios, ao padrão de qualidade; Fósforo Total: Também foram observadas oscilações, porém continua apresentando não conformidade; E.Coli: Continua apresentando não conformidade, tendo, contudo sido observada melhora em alguns pontos em relação à média de 2011-2017. Dentre as recomendações oferecidas estão a realização de análises integradas de quantidade e qualidade, principalmente, avaliando os impactos dos níveis pluviométricos e alterações de vazões nos parâmetros de qualidade das águas na Bacia do Rio Jundiaí; Continuidade dos avanços nos sistemas de saneamento pactuados com as concessionárias de águas e esgotos; Manutenção adequada do sistema de esgotamento sanitário dos municípios, em especial, de Jundiaí, Várzea Paulista e Itupeva; Realização de obras para ampliação dos sistemas de tratamento de esgoto; as ETEs existentes devem implantar melhorias de infraestrutura e, finalizando, destacou recomendação ao CRH de promover estudos para aperfeiçoamento da metodologia para avaliação do atendimento das metas de enquadramento. Rui Brasil agradeceu a apresentação e pelo empenho no estudo realizado e informou que já está programado um estudo de diretrizes sobre enquadramento, que a SIMA irá contratar brevemente.

5. DELIBERAÇÕES;

5.1. Deliberação CRH (renumerada), que "Aprova revisão do Regimento Interno do CRH e revoga a Deliberação CRH nº 134, de 20/09/2011". Rui Brasil explicou que tais alterações se fazem necessárias diante das alterações realizadas no decreto do CRH, conforme estabelece a Deliberação CRH 251, de 21 de julho de 2021. **Amauri Polachi e Malu Ribeiro** solicitaram alteração no Parágrafo 4º do Artigo 5º, para que o Presidente não tenha direito ao voto, salvo nos casos de empate, onde poderia exercer o seu direito ao

sufrágio para encerrar determinada matéria que não havia chegado a um consenso dentre os participantes. A **Dra. Alexandra Faccioli, MP/SP**, concordou com os argumentos expostos e ponderou sobre a composição e o funcionamento das Câmaras Técnicas; indagando se as sessões são de acompanhamento público e quem teria direito a voz no âmbito das CTs. O Secretário Executivo do CRH esclareceu que a questão das câmaras técnicas não é tratada no regimento interno do CRH, mas as CTs têm as normas gerais de funcionamento, que será debatido na Deliberação que será posta em discussão logo a seguir nesta reunião. O Conselho sempre definiu, tão somente, normas gerais para as CTs, de modo a evitar a elaboração de Regimento Interno para cada uma, de modo individualizado. Sobre a questão do voto, a **Dra. Maria de Lourdes, PGE**, sugeriu remeter a matéria para Consultoria Jurídica da SIMA. Por consenso, foi acordado que este assunto fosse retirado de pauta para que os Conselheiros pudessem enviar sugestões, no prazo de 10 dias, por e-mail, à Secretaria Executiva do CRH, que serão avaliadas e remetidas para posterior apreciação pela CTAJI e, na sequência, pela Consultoria Jurídica da SIMA.

5.2.Deliberação CRH nº 251 que "Aprova as regras gerais de funcionamento das Câmaras Técnicas e revoga a Deliberação CRH nº 119, de 15/12/2010". A Deliberação, dentre outros aspectos, altera o requisito para a instalação das reuniões, que passa a requerer a presença de pelo menos dois segmentos, bem como em um quórum mínimo. As CTs seguem sendo apenas uma instância consultiva e não deliberativa. Atendendo aos questionamentos do Ministério Público-SP, foi lido na reunião trechos da nova norma legal onde deixa explícito, em seu artigo 15, o caráter público das reuniões nas Câmaras Técnicas. No mesmo artigo, em seu §1° "estabelece que, nas decisões de encaminhamento, terão direito à voz apenas os membros das Câmaras Técnicas"; e no §2°- "As Câmaras Técnicas, conforme a necessidade, poderão solicitar ou deferir a participação de técnicos, especialistas e outros interessados para oferecer subsídios, prestar esclarecimentos ou participar dos trabalhos, com direito a voz nas reuniões, mediante comunicação prévia aos Coordenadores". Isto posto, a Deliberação CRH nº 251 foi aprovada por unanimidade pelos presentes, já com a alteração de texto proposta pela Dra. Alexandra. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. Esta Deliberação e as seguintes foram renumeradas.

5.3. Deliberação CRH nº 252 que "Aprova o Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do período 2020 do Programa

Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITES, para o Estado de São Paulo". O Coordenador Rui Brasil deu breves esclarecimentos acerca do funcionamento deste programa e informou que a íntegra deste relatório estará disponível no sítio www.sigrh.sp.gov.br/procomitesprogramanacionaldefortalecimentodoscomitesdebaciashidrograficas a partir da aprovação desta Deliberação. Foi informado que o Estado de São Paulo alcançou o cumprimento de 100% das metas estipuladas pela ANA junto aos comitês de bacias hidrográficas. Neste momento estão sendo aplicados os recursos da primeira certificação, no valor de quinhentos mil reais, na compra de notebooks para os 21 CBHs e 1 para a CRHi e, também, um kit comunicação que conterá os equipamentos necessários para a realização de reuniões telepresenciais. A deliberação foi aprovada por unanimidade.

5.4. Deliberação CRH nº 253 que "Aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH para o período 2021/2022". Foi realizada uma adequação no texto, no item número 4, referente à CTAS, onde foi informado que o estudo "Proteção do Sistema Aquífero Guarani (SAG) na área de afloramento no Estado de São Paulo" não poderá ser realizado com recursos advindos da SIMA, no entanto, Rui Brasil informou que o programa poderá ser executado com recursos provenientes do CORHI. A deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

5.5. Deliberação CRH nº 254 que "Aprova critérios para priorização de investimentos pelos Colegiados nas indicações ao FEHIDRO e revoga a Deliberação CRH nº 188, de 09/11/2016". Dentre os pontos principais, a Deliberação aperfeiçoou a redação e considerou a necessidade de se atualizar os critérios da Deliberação CRH nº 188/2016, o formato e o cronograma de entrega dos Planos de Bacias Hidrográficas. Contemplou, ainda, a necessidade de se flexibilizar a exigência de aplicação de 60% dos recursos disponíveis em até três PDCs dos PDCs 3 a 8 e seus respectivos SubPDCs. A Deliberação foi aprovada por unanimidade.

ASSUNTOS GERAIS E ENCERRAMENTO.

O Secretário Executivo compartilhou a informação que, graças a um trabalho cada vez melhor por parte da CETESB, do DAEE e de outras entidades parceiras, quase foi atingida a nota máxima de certificação (98,2) no Programa PROGESTÃO/ANA, resultando no repasse de aproximadamente 1 milhão de reais ao Estado de São Paulo para aplicação no plano Capacita SIGRH. **Adriana**

e Hugo Leme parabenizaram a todos pelos trabalhos e pela alta qualidade das apresentações que foram disponibilizadas durante a reunião. Tendo sido cumprida a pauta e não havendo mais itens pendentes, **Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA**, agradeceu a participação de todos, além do horário preestabelecido, demonstrando a importância e o interesse nos trabalhos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A redação final das Deliberações da reunião, aprovada pelos Conselheiros, será publicada, como de praxe, no DOE e no sítio do SIGRH, https://www.sigrh.sp.gov.br/crh/deliberacoes. Esta Ata é um resumo dos registros e das notas taquigráficas desta reunião Extraordinária.

Cassiano Ávila
Respondendo pela Subsecretaria de Infraestrutura
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
RG 28.064.718-09

Marcos Rodrigues Penido
Presidente do CRH

Rui Brasil Assis
Secretário Executivo do CRH

Publicado no DOE de
18 / 12 / 2021
Pag. Nº 68-69
Rubrica